

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Giácomo Balbinotto Neto

DA FEDERAÇÃO DE INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A economia da inflação *

Sem dúvida nenhuma, a inflação tem sido um dos temas mais debatidos e estudados pelos economistas nos últimos tempos, tendo em vista principalmente as elevadas taxas que têm assolado a economia brasileira e os planos de estabilização ortodoxos ou heterodoxos que têm procurado contê-la ou eliminá-la. Assim, "A Economia da Inflação" reúne uma série de trabalhos de caráter eminentemente acadêmicos e didáticos, produzidos por professores dos cursos de pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), com o objetivo de expor as teorias da inflação, de controle de preços e expectativas, nos quais foram baseados os recentes planos de estabilização adotados (principalmente os planos Collor e Cruzado). O livro também traz um breve relato sobre a experiência da hiperinflação alemã de 1923, com especial ênfase na questão das transferências de recursos reais para o exterior durante a mesma, procurando associá-la com a questão dos pagamentos da dívida externa brasileira. Além disso, o livro não segue uma única abordagem a respeito do processo inflacionário, porque, como salienta o seu organizador (cf. p.12/13), "... o problema em questão é complexo e controvertido, merecendo, portanto, ampla tolerância quanto à diversidade de interpretações, como por respeito ao princípio de liberdade acadêmica." Some-se a isso o fato de que o mesmo livro, em alguns de seus capítulos, como comentamos abaixo, traz interessantes *insights*, que poderão ser explorados em maior profundidade e com maior rigor, a fim de permitir um melhor entendimento do processo inflacionário e das políticas de estabilização adotadas para debelá-lo.

Feita pelo organizador, a introdução possui caráter essencialmente conceitual e destaca principalmente os componentes da inflação, em termos de tendência e choques, nos enfoques ortodoxo e heterodoxo. Aqui também o organizador faz referências às estratégias para debelar o processo inflacionário que foram recentemente propostas e adotadas pelos formuladores de política econômica,

(*) Nali Jesus de Sousa (org.), *A economia da inflação*. Porto Alegre. Editora da UFRG, 1992.

salientando que a aplicação de tais medidas dependeria principalmente da magnitude da taxa de inflação. Assim, os choques ortodoxos seriam mais adequados quando a inflação fosse baixa ou moderada e os choques de inspiração heterodoxa seriam mais adequados quando a inflação atinge patamares próximos ao de uma hiperinflação. Assim, com esta competente introdução, o leitor tem uma boa idéia do que irá encontrar nos próximos capítulos.

Nali Jesus de Souza (UFRGS), no capítulo 2, retoma um tema — a questão da inflação e desenvolvimento —, cuja discussão, travada principalmente entre estruturalistas e monetaristas, remonta ao final da década de 50 e início da de 60. A autora tinha por base os trabalhos de Schumpeter sobre os ciclos econômicos, os dos estruturalistas latino-americanos e dos monetaristas. Na análise dos componentes da inflação, o autor baseia-se no agora já clássico trabalho de Simonsen (1974) sobre os componentes da taxa de inflação, reproduzindo aquela análise, sem contudo ir adiante. O autor também faz breves comentários sobre alguns trabalhos econométricos referentes ao teste das teorias estruturalistas e monetaristas, que levam a concluir que ambos os modelos, se usados separadamente, seriam insuficientes para a explicação da inflação brasileira no pós-guerra. Apesar do artigo trazer um bom resumo das discussões referentes ao tema, suas conclusões nada acrescentam ao debate nem lançam novas questões para uma possível investigação.

No capítulo 3, com o ensaio "A economia política das inflações crônicas: um ensaio pouco heterodoxo", de Nuno Renan de Figueiredo Pinto (UFRGS), temos, sem dúvida, um dos pontos altos do livro, tanto pelo seu caráter didático, como pela série de *insights* sugeridos para novas análises acerca do processo inflacionário em países com inflações crônicas, assim como pela tentativa de busca de um novo paradigma para a análise de inflações crônicas, principalmente tendo em vista o exame dos seus fundamentos microeconômicos. Outro ponto que o autor destaca é que tal análise não pode ser feita com o rigor necessário sem levar em conta as instituições na qual os agentes econômicos estão inseridos, pois estas enformariam o sistema econômico e condicionariam os padrões de resposta dos agentes econômicos. Ainda segundo o autor, não bastariam apenas programas de estabilização tecnicamente corretos, mas seriam necessárias reformas institucionais que gerassem sistemas políticos caracterizados por uma maior responsabilização do Estado frente aos cidadãos. Além disso, o autor sugere que a análise das inflações crônicas poderia ser melhor entendido através da teoria de *rent-seeking*, que sem dúvida parece uma hipótese bastante promissora, se bem explorada. Contudo, o autor apenas menciona algumas formas de *rent-seeking*, que estão diretamente vinculadas às políticas de estabilização, tais como a concessão de subsídios e alguma renúncia fiscal, indexação formal e uma política monetária passiva.

No capítulo 4, "Composição de portfólio, acumulação de ativos e combate à inflação no Brasil", Pedro César Dutra Fonseca (UFRGS), tomando como base a teoria dos portfólios, de Tobin, procura mostrar os limites das análises ortodoxas/heterodoxas referentes ao Plano Collor I — que, no entender do autor, apresenta um ecletismo teórico, sem negar, contudo, as fortes influências que exerceram as experiências européias do pós-guerra no que diz respeito

principalmente ao bloqueio dos ativos financeiros e das teses de Kandir sobre o processo inflacionário.

No capítulo 5, "Inflação e preços relativos no Plano Collor: avaliação e perspectivas", Edward J. Amadeo e Gustavo H.B. Franco (PUC/RJ) procuraram analisar as causas do retorno da inflação ao longo do Plano Collor. Os autores sustentam que como a política de estabilização aplicada no Brasil no início de 1990 implicaria necessariamente ajustes corretivos nos preços relativos, que estão associados, segundo eles, a fatores estruturais relacionados ao conflito distributivo e a mudança no comportamento dos agentes econômicos, a política econômica deveria privilegiar medidas que dessem conta deste fato no combate a inflação.

O capítulo 6, "A formulação da hipótese das expectativas racionais", de Roberto Camps Moraes (UFRGS), tem um caráter eminentemente didático, no qual procura fazer um breve *survey* sobre a teoria das expectativas racionais, destacando os seus antecedentes e as implicações da adoção desta hipótese na formulação de políticas macroeconômicas, bem como a nova controvérsia que parece ter se estabelecido na macroeconomia entre os "novos clássicos", representados por Robert Lucas, Thomas Sargent, Neil Wallace e Robert Barro e os "novos keynesianos", representados por Stanley Fischer, entre outros.

No capítulo 7, "Indicadores de resistência da inflação brasileira a choques", Yeda Crusius (UFRGS) faz um breve resumo dos choques por que passou a economia brasileira nas décadas de 70 e 80, das alterações nos regimes de política econômica — entendidos estes como um conjunto de regras que regem as relações contratuais entre os agentes econômicos — e das razões e/ou indicadores da ineficácia da gestão da política econômica no período. No que se refere especificamente aos pactos sociais — ou entendimento nacional, como prefere a autora, para a estabilização da economia, como ocorreu em Israel e na Espanha —, deveriam os mesmos ser precedidos da criação de condições objetivas para a ação, o que não ocorreu no caso brasileiro, onde tal medida sempre era proposta num momento de falência de um choque ou nas vésperas de outro, o que acabou por desmoralizar tal iniciativa.

O capítulo 8, "Controle de preços e relações interindustriais", de João Rogério Sanson (UFRGS), constitui, no nosso entender, outro ponto alto do livro. O objetivo do autor é buscar uma explicação para os problemas de controle de preços ocorridos durante o Plano Cruzado, principalmente no seu período inicial. Para tal, levanta ele a hipótese de utilização da identificação de preços-chave para o controle de preços, o que poderia reduzir o número de produtos a serem controlados pelo governo, facilitando, deste modo, a implementação deste tipo de política. Além disso, coloca o autor uma questão bastante interessante e pouco estudada, qual seja, de que as políticas econômicas são bens públicos, e, aplicando este conceito ao congelamento de preços, mostra as dificuldades na sua aplicação, tendo em vista principalmente o problema do *free-rider* e da coordenação quando temos um grande número de agentes envolvidos. Nessas circunstâncias elevam-se de modo considerável os custos para estabelecer tal tipo de política, principalmente através de um pacto social.

No capítulo 9, "Produtos-chave no encadeamento de preços", João Rogério

Sanson e Nali Jesus de Souza, seguindo o artigo anterior, procuraram identificar os produtos com fortes encadeamentos de preços, tomando por base a participação dos preços na matriz de relações interindustriais do Brasil de 1980 e uma adaptação dos modelos de Rasmussen e Jones, derivados estes últimos do modelo de Leontief. Os autores procuram evidenciar a utilidade deste modelo para a formulação de políticas econômicas através de um congelamento de preços em que é possível montar um cronograma para a liberação dos preços, a fim de minimizar os seus impactos sobre as expectativas dos agentes econômicos. No caso de se adotar um pacto social, o modelo pode indicar quais os setores que primeiro deveriam ser chamados à mesa de negociações para participarem do mesmo. Assim, vemos que tal modelo possui uma grande utilidade para os formuladores de política econômica, na medida em que permite identificar os setores que deveriam ser diretamente envolvidos.

Por fim, no capítulo 10, "A hiperinflação da Alemanha", de Paulo Alexandre Sphor (UFRGS), é feita uma avaliação do papel exercido pelo pagamento das reparações de guerra pela Alemanha na determinação da hiperinflação do início dos anos 20. Segundo o autor, não existiriam dados que permitam aceitar a hipótese de que os pagamentos de reparação de guerra e as transferências de recursos reais tenham sido os fatores determinantes da espetacular aceleração de preços pela qual passou a Alemanha no período. Segundo Sphor, a razão para a rejeição daquela hipótese seria que os pagamentos de reparação, realizados antes do final de 1923, foram poucos significativos.

Acreditamos que esta coletânea de artigos é bastante oportuna, tendo em vista principalmente o atual quadro pelo qual estamos passando, já que o mesmo busca debater e expor com um esmerado rigor acadêmico e com uma sólida fundamentação teórica uma das questões que mais têm preocupado a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que faz uma análise de alguns planos que fracassaram no passado recente e propõe novos esquemas de análise que nos permitam aprofundar o conhecimento sobre a questão. Por fim, deve-se mencionar também a boa qualidade gráfica do livro e o esmerado cuidado dos editores no que se refere à edição e revisão do mesmo.